

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO.

Roney Rezende Rangel¹, Friedhilde Maria Kustner Manolescu²

¹Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP / Instituto de Pesquisa & Desenvolvimento
Planejamento Urbano e Regional,
Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – São José dos Campos -SP
rrangel01@gmail.com, frida@univap.br

Resumo- O presente artigo destina-se a refletir acerca dos arranjos produtivos locais como elemento indutor de desenvolvimento regional endógeno. Nos últimos anos, sobretudo no início do séc. XXI, tem-se observado um forte movimento para implementar propostas de APL no sentido de equacionar questões relacionadas ao desenvolvimento, pertencentes à dimensão econômica, social e ambiental. Assim sendo, considera-se pertinente destacar os arranjos produtivos locais existentes no País, mediante a classificação das atividades econômicas e distribuição regional destas aglomerações de empresas, sob a ótica da Secretaria de Desenvolvimento da Produção, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local, Desenvolvimento Regional Endógeno

Área do Conhecimento: VI - Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

As aglomerações de empresas são consideradas como elemento importante na busca de desenvolvimento local e regional. Como base histórica destas aglomerações, destacam-se os distritos italianos, especialmente instalados principalmente nas regiões da Emilia Romana, Lombardia, Veneto e Toscana, daquele país, denominada como Terceira Itália, cuja base era constituída de cooperação e interação de empresas de forma conjunta em busca de objetivos comuns. No início dos anos 50, esta região da Europa era considerada economicamente atrasada, onde buscou a partir das redes de pequenas e médias empresas, o desenvolvimento da região, objetivando desenvolver a sua base industrial a partir das condições socioeconômicas locais (JÚNIOR, 2001). Segundo Becattini (1999) e Casarotto & Pires (1998), um dos principais elementos alavancadores de desenvolvimento se refere à importância do processo cooperativo na ampliação qualitativa e quantitativa da atividade empresarial e da ação participativa e pró-ativa da comunidade local pública e privada.

De acordo com Becattini (1992), os distritos industriais italianos teriam como características marcantes a concentração geográfica e setorial de produtores especializados, a importância dos laços não econômicos baseados em uma homogeneidade cultural, social e até mesmo política no interior desses distritos, e por fim, a predominância de micro, pequenas e médias empresas.

Nesse sentido, tendo como inspiração os distritos industriais italianos, a adaptação à realidade brasileira das aglomerações de empresas, foi disseminada por um grupo de pesquisadores do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist). Nos termos da RedeSist, o conceito de APL é colocado da seguinte forma:

APL trata-se de aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, operando em atividades correlacionadas e que apresentam vínculos expressivos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem. Incluem não apenas empresas – produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, etc. e suas variadas formas de representação e associação – mas também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento. Da mesma forma, o conceito de arranjos produtivos locais – APLs – é utilizado para referenciar aquelas aglomerações produtivas que não apresentam significativa articulação entre os agentes locais e que, portanto, não podem se caracterizar como sistemas (CASSIOLATO E LASTRES, 2003).

De forma simplificada, um APL, segundo SEBRAE (2003) é caracterizado pela existência da aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade

produtiva principal. Partindo destas definições, é importante ressaltar a dinâmica do território em que essas empresas estão inseridas, tendo em vista o número de postos de trabalho, faturamento, mercado, potencial de crescimento, diversificação, entre outros aspectos.

Metodologia

A pesquisa se classifica como descritiva, na medida em que procura enfatizar a importância dos arranjos produtivos locais para o desenvolvimento regional endógeno. O levantamento quantitativo do estudo tem como base o Sistema de Arranjos Produtivos Locais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Resultados

Historicamente, os arranjos produtivos locais no Brasil surgiram na década de 70 e 80, tendo como precursor o estado do Sul, dando destaque às produções de vinho e calçados, cujas iniciativas tiveram origem de forma completamente anônima, por meio do aproveitamento das vantagens territoriais que permitiram o surgimento de estruturas produtivas razoavelmente especializadas, com um número significativo de empresas.

No final do século XX e início do século XXI, se deu o envolvimento de instituições e entidades com os arranjos produtivos locais, especialmente, o SEBRAE e as Federações de Indústrias, notadamente, dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Mais recentemente, o poder público federal e estadual se engendraram no assunto – APL, especificamente, na formulação de política de apoio às micro, pequenas e médias empresas inseridas e organizadas em arranjo produtivo local.

De acordo com Amaral Filho (1996), desenvolvimento regional endógeno se define por ser um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido.

Contribuindo com tal definição, soma-se a idéia de que a capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Assim, distingui-se duas dimensões no desenvolvimento

endógeno. Uma primeira econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais produtiva possível, os fatores produtivos da região. Uma segunda sócio-cultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (BARQUERO, 1988).

A teoria do desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento da base para o topo emergiram com maior notoriedade. Na década de 1980 buscou-se entender porque o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo elas dispostas das mesmas condições na busca de fatores produtivos ou tecnologia. A solução seria procurar encontrar, entre estes fatores, aqueles determinados dentro da região (MORAES, 2003).

Discussão

Pretendeu-se, neste estudo, enfatizar a importância dos arranjos produtivos locais para o desenvolvimento regional endógeno, buscando expressar sobre os APLs identificados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, bem como revelar a abrangência territorial destes arranjos.

Desde 2004, o Governo Federal organiza o tema Arranjos Produtivos Locais, por intermédio das medidas: (a) incorporação do tema no âmbito do PPA 2004-2007, por meio do Programa 0419 – Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, cujo objetivo é promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio do crédito e da capacitação gerencial e (b) instituição do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), composto por 33 instituições governamentais e não-governamentais e criado pela necessidade de articulação das ações governamentais para que seja dado apoio integrado aos arranjos produtivos locais.

No Brasil, há registros no Brasil de 947 arranjos produtivos locais, em seus diferentes estágios de desenvolvimento, onde 460 foram identificados em 2004 e 487 deles no ano de 2005, com o auxílio de 11 instituições federais e 37 instituições federais e estaduais, respectivamente. Estes arranjos produtivos locais possuem as mais diversas atividades econômicas, ordinariamente, as atividades que mais se destacam são: agroindústria (119 apls); fruticultura (107); ovinocaprinocultura (73); confecções (68); madeira e móveis (53); apicultura (53); turismo (51); hortifrutigranjeiros (42); aqüicultura (26) e extrativismo vegetal (24) (MDIC, 2008).

Regionalmente, os arranjos produtivos locais no País estão distribuídos conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – APL por Região

APL POR REGIÃO		
	Estado	nr. de APL
Região Centro Oeste	DF	14
	GO	20
	MS	16
	MT	17
	subtotal	67
Região Nordeste	AL	14
	BA	56
	CE	76
	MA	55
	PE	20
	PB	59
	PI	75
	RN	19
	SE	20
	subtotal	394
Região Norte	AC	11
	AM	19
	AP	9
	PA	119
	RO	18
	RR	15
	TO	10
	subtotal	201
Região Sudeste	ES	24
	MG	89
	RJ	47
	SP	41
subtotal	201	
Região Sul	PR	24
	RS	27
	SC	33
	subtotal	84
TOTAL		947

Fonte: Sistema de Arranjos Produtivos Locais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2008).

De acordo com a tabela acima, 7,08% dos APLs do Brasil estão localizados na Região Centro-Oeste; 41,61% deles na Região Nordeste; 21,22% na Região Norte, 21,22% no Sudeste e 8,87% na Região Sul do País. Os estados brasileiros que mais possuem APLs concentrados por região, são: Goiás, Ceará, Pará, Minas Gerais e Santa Catarina, representando respectivamente 2,11%, 8,02%, 12,57%, 9,40% e 3,48% sobre o total de APLs do País. No Centro-Oeste há predominância de arranjo produtivo local de turismo (11) APLs; (69) do setor produtivo de

ovinocaprinocultura no Nordeste Brasileiro; (58) de agroindústria na Região Norte; (25) de confecções no Sudeste e (14) na Região Sul do País.

Ilustrativamente, a figura abaixo, resume a distribuição dos arranjos produtivos locais por região do Brasil.

Figura 1 – Distribuição regional dos APLs no Brasil



Conclusão

Os arranjos produtivos locais podem representar um instrumento para resolução do problema de desenvolvimento. As aglomerações de empresas que desenvolveram atividades cooperativas e um processo de criação e difusão do conhecimento enraizado na localidade podem ser uma grande chance para o desenvolvimento nacional e regional em um mundo globalizado, onde os movimentos de capitais e de mercado estão cada vez mais livres.

Nos últimos anos, o foco em APL vem tornando-se um referencial para as políticas públicas de desenvolvimento. A tendência é fazer dos arranjos produtivos locais um dos focos de ação das políticas de desenvolvimento econômico e social do país.

Os arranjos produtivos locais foram concebidos com o intuito de promover o desenvolvimento regional pela melhoria da competitividade de diferentes segmentos da economia, compartilhando características comuns e trabalhando em estreita cooperação e interação com os atores envolvidos (SANTOS; DINIZ & BARBOSA, 2000?). Em razão de se permitirem o incremento da competitividade das empresas, ampliação do acesso a produtos e serviços de apoio, contribuição para a elevação dos níveis de emprego e renda, promoção da interação e a cooperação entre as empresas e instituições de apoio, incentivo e respaldo das ações de cooperação entre as empresas, promoção da

capacitação gerencial, o crescimento do capital social e o empreendedorismo no âmbito do APL, bem como, apoio às ações de organização da produção e de inovação tecnológica – os arranjos produtivos locais são considerados como um mecanismo muito útil de promoção do desenvolvimento regional endógeno.

Em termos gerais, a teoria do desenvolvimento endógeno focaliza a questão regional apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção. Partindo, então, deste princípio, os arranjos produtivos locais têm um grande impacto no desenvolvimento econômico e social das regiões onde conseguem se expandir com plenitude, a partir das vantagens locais produtivas.

Referências

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e políticas públicas, Brasília, DF, n. 14, dez. 1996.

BARQUERO, Antônio. Desarrollo local: una estrategia de creación de empleo. Madrid: Pirâmide, 1988.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento. Versão Preliminar, (2000?)

BECATTINI, G. O. Distrito Marshalliano. In: BENKO, G. & LIPIETZ, A. (Ed.). As regiões ganhadoras: distritos, redes e novos paradigmas da geografia econômica. Edição Portuguesa, Celta Editora, Oeiras, Portugal, pg. 19-32, 1992.

BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: URANI, André et al. Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis Henrique. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 1998.

CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M. et al. (Ed.). Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

JÚNIOR, Moysés Francisco Farah. Desenvolvimento Local e Comportamento dos

Agentes Econômicos: Estratégias Empresariais Pró-Ativas ou Reativas ? Rev. FAE, Curitiba, v.4, n.2, p.13-22, maio/ago. 2001.

MINISTÉRIO – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Sistema de Arranjos Produtivos Locais. Disponível em <http://apl.desenvolvimento.gov.br/sisapl/index.php>. Acesso em 01/02/03 de Março de 2008.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e Desenvolvimento Regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza (Org.). Capital social e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 123-148.

SANTOS, G.A.S; DINIZ, E.J.; BARBOSA, E.K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. In: Arranjo Produtivo Local e Desenvolvimento – BNDES (200?)

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos Locais. Brasília, 2003.